

SALVADOR

salvador@grepparade.com.br

REGIÃO METROPOLITANA

INVESTIMENTO Projetos para crianças e adolescentes receberão R\$ 200 mil

 www.atarde.com.br

ZONA AZUL DIGITAL Cadastro segue até 25 de setembro e mais de uma empresa pode ser habilitada para o serviço

Credenciamento de empresas começa no próximo dia 27



Luciano Carraz / Ag. A TARDE

Transalvador informou que sistema atual funcionará por um ano após digitalização

HENRIQUE ALMEIDA*

O processo de chamamento público para credenciamento de empresas interessadas na venda de créditos de zona azul digital começa na próxima segunda-feira e vai até 25 de setembro. Os envelopes com os documentos exigidos podem ser entregues de segunda a sexta-feira, das 9h às 11h30 e das 14h às 17h, na sede da Comissão de Licitação Permanente (Copel), nos Barris, com custo de R\$10, ou gratuitamente pelo e-mail: licita.transalvador@gmail.com.

A digitalização do sistema de zona azul teve chamamento público divulgado no Diário Oficial do Município ontem. A ideia é que a prestação do serviço seja por aplicativo de celular aos usuários de estacionamentos rotativos em vias públicas. Mais de uma empresa pode ser habilitada.

Com isso, caberá ao motorista baixar o aplicativo que mais lhe agradar. Logo em seguida, poderá registrar o pagamento, adquirir os créditos e estacionar conforme as regras estabelecidas da zona azul.



Luciano da Matta / Ag. A TARDE

A ideia é que prestação do serviço seja por aplicativo aos usuários de estacionamentos rotativos em vias públicas

Novidade

Os agentes fiscalizarão o estacionamento rotatório via smartphone, consultando a placa pelo talonário eletrônico. A novidade do sistema é que se o usuário mantiver o carro por apenas 15 minutos não paga. "Vai ser mais prático. Hoje, temos que ficar adulando até um guardador aparecer. O benefício da tolerância de 15 minutos também é um ponto

No novo sistema, o usuário pode manter o carro por 15 minutos sem pagar

positivo. Já pagamos portantas coisas", diz a enfermeira Frances Borges, 46 anos.

De acordo com os dados da Superintendência de Trânsito de Salvador (Transalvador), a capital possui 11.192 vagas de zona azul, em 287 locais. A expectativa é que sejam implementadas 900 vagas até o final de 2018. Os

preços atuais são R\$ 3 para duas horas, R\$ 6 para seis horas e R\$ 9 para 12 horas. Por meio de nota, a Transalvador informou que o sistema atual funcionará ainda por um ano após a digitalização.

Não havendo impugnação das etapas de avaliação, publicação dos resultados, entre outros, o processo de

implantação do sistema digital, segundo a Transalvador, pode ser finalizado entre 60 e 90 dias. O órgão ainda explica que os preços serão mantidos.

De acordo com a Transalvador, o sindicato dos guardadores de carro (Sindguarda) tem responsabilidade de se adequar à modernização

do sistema e encaminhar os entes sindicalizados.

Guardador de carros há mais de 15 anos, sendo cinco na zona azul da Tancredo Neves, Dailton Silva espera que a novidade não esvazie o sistema de cartela. "Nós não sabemos o que vai acontecer. Essa é a nossa forma de tirar o pão de cada dia. Espero que haja espaço para todos", afirma Dailton.

Para o funcionário público Valmir Faria, 41 anos, no mundo contemporâneo a ocupação de alguns espaços por causa das inovações tecnológicas é uma realidade. E cabe encontrar soluções para reorganizar as pessoas afetadas.

"Esse realmente é um ponto negativo. Muitas pessoas vão parar de usar a cartela. Mas para o motorista é excelente. Eu, particularmente, não confio muito nesses [guardadores]. Procurar outras alternativas para lidar com a situação é algo que já é feito em outras cidades brasileiras", diz Farias.

No entanto, em nota, a Transalvador afirma que "não haverá prejuízo para os guardadores, pois continuarão comercializando créditos de zona azul. Em um primeiro momento, pela cartela de papel e, futuramente, por meio de tecnologia credenciada junto à Transalvador. O grande beneficiado é o cidadão, que terá a alternativa de comprar créditos pelo smartphone ou com o guardador, não ficando refém da presença do guardador quando estacionar".

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

BILHETAGEM ELETRÔNICA

Auditoria dos ônibus deve ficar pronta em novembro

YURI PASTORI
A TARDE BA

O resultado da auditoria nos processos do sistema de bilheteira eletrônica (SBE) dos ônibus de Salvador, iniciada no dia 6 deste mês, terá que ser apresentada até o dia 30 de novembro deste ano. Com quase 15 dias de atraso, outra empresa deve ser contratada até a próxima semana para avaliar a concessão e os custos do sistema de transporte municipal. Esse novo contrato já está sendo analisado pela Procuradoria Geral do Município (PGM).

As duas auditorias estavam previstas em termos de ajuste de conduta (TACs) assinados em 19 de julho deste ano entre a prefeitura de Salvador e duas empresas (Plataforma e OT Trans) que operam o sistema de transporte público na capital. O acordo foi intermediado pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA). "A Concessionária Salvador Norte (CSN) ainda não assinou um dos TACs. Está em tratativa", esclarece a promotora Rita Tourinho.

O sistema de transporte coletivo por ônibus é operado por três empresas (Plataforma, OT Trans e CSN), que formam a Associação das Empresas de Transportes de Sal-

vador (Integra). O Consórcio Ernst & Young, formado pelas empresas Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda e Ernst & Young Auditores Independentes, vencedor da licitação promovida pela prefeitura de Salvador, será o responsável pela verificação da bilheteira. O contrato foi assinado no dia 20 de julho.

Meta

O objetivo é verificar a quantidade de passageiros que pagam a passagem inteira por mês, assim como o processo de arrecadação de valores da tarifa e os valores totais arrecadados pelas empresas.

O diretor técnico da Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços Públicos de Salvador (Arsal), Itamar Paes, garante que, apesar do contrato com a Ernst & Young ter duração de oito meses, o prazo acordado nos TACs será cumprido e as informações serão disponibilizadas até o dia 30 de novembro. Caso contrário, os acordos prevêm multa. Os dados auditados, aliados às informações da outra auditoria, irão ajudar a definir a tarifa a partir de 1º de janeiro de 2019.

O prejuízo acumulado das empresas é de mais de R\$ 320 milhões, se nós não reinvidicarmos essas mu-

Joá Souza / Ag. A TARDE / 8.9.2017



Estudo será usado para definir valor da tarifa em 2019

danças, isso pode aumentar mais R\$ 240 milhões este ano", alerta o superintendente da Integra, Orlando Santos.

O cálculo para definir a tarifa atual foi feito com base no número de pessoas que pagavam a tarifa cheia [28 milhões], em 2014, quando foi assinado o contrato com a Integra. "De acordo com as empresas, o número caiu para 22 milhões por mês, impactando na atividade e rentabilidade. É disso que precisamos nos certificar", explica Henrique Trindade.

Em fevereiro deste ano, os concessionários do serviço rodoviário municipal entram com ação na 4ª Vara da Fazenda Pública para devolver o serviço à prefeitura de Salvador. Na época, segundo Ângela Levita, assessora téc-

nica da Integra, as concessionárias alegaram irregularidades na licitação e o não cumprimento de obrigações relativas ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Para o superintendente da Integra, Orlando Santos, dentre as razões para a queda de arrecadação está a implantação do bilhete único. "Com isso, a quantidade das viagens aumentou. A integração com o metrô também colaborou".

Segundo a promotora Rita Tourinho, os TACs suspendem as exigências contratuais das concessionárias até o fechamento dos estudos, a exemplo da renovação de frota de veículos, da garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência física e da taxa de regulação paga à Arsal, dentre outras.

JUSTIÇA

OAB-BA afirma que decisão do CNJ prioriza o 1º grau

YASMIM BARRETO
A TARDE BA

Após um período de impasse, o início desta semana proporcionou uma conquista para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-BA): o Conselho Nacional da Justiça (CNJ), por intermédio do conselheiro Valtério de Oliveira, suspendeu em caráter liminar a criação de nove vagas de desembargador no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA).

"Em primeiro plano, traz segurança jurídica, porque ela impede o aumento do número de desembargadores, antes de provir todos os cargos de servidores", disse o conselheiro federal Fabrício Castro. Além disso, Castro ressaltou que o posicionamento da Justiça destaca a priorização do 1º grau. O conselheiro ainda reiterou a situação do Judiciário baiano, que está "caótica" e tem como consequência o acúmulo de processos e a descrença em um Poder Judiciário funcional.

"Nós precisamos apresentar à sociedade uma resposta. A sociedade precisa saber como e quando nós teremos um planejamento para resolver o 1º grau. O CNJ agora está cortando os caminhos, os caminhos são a prioriza-

ção do 1º grau, então agora é preciso resolver essa situação, não podemos continuar como estávamos, fechando comarcas".

Ainda de acordo com o conselheiro federal, existe uma ausência de mais de 300 juizes. Além disso, conforme dados no *Justiça em Números de 2017*, havia 842 cargos de magistrados, sendo um desfaleço de 231.

Para o presidente da OAB-BA, Luiz Viana, a expectativa é que o TJ-BA redefina as prioridades para o investimento com o magistrado e serventários na Bahia. A Ordem vai manter uma postura para a realização de um Plano de Reestruturação Sustentável no TJ-BA, que, conforme Luiz Viana, a proposta foi apresentada há cinco anos com ênfase ao 1º grau de jurisdição.

Com a decisão, na última segunda-feira, o CNJ deu ao TJ-BA 15 dias para apresentar os estudos do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição para a implementação da Resolução CNJ nº 219/2016, que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança no Poder Judiciário de 1º e 2º graus.